

Alerta verde

PERIGO DE CRISE AMBIENTAL TORNA IMPORTANTE ORIENTAÇÃO DO PROGRESSO PARA ECOEFICIÊNCIA

JOSÉ ELI DA VEIGA

Cenários benevolentes sobre as primeiras décadas do próximo século supõem que o mundo sairá da marcha lenta de 2% ou 2,5% de crescimento médio anual e atingirá um ritmo vigoroso de 3,5% ou 4% no período 2000-2025. Apostam que adequadas mudanças político-institucionais liberarão o potencial contido no feixe tecnológico formado pela computação, pela genética, pelos novos materiais e pela

engenharia molecular ("nanotechnologies"). Exatamente a aposta que não é feita por quem está ressaabiado com as perspectivas econômicas da

virada do milênio. Isto é, por quem considera que os grandes conflitos sociais do presente — como desemprego, desnutrição e insustentabilidade ambiental — exigem mudanças institucionais que deveriam alterar a atual trajetória de progresso tecnológico, em vez de consolidá-la.

Na França, o Comissariado-Geral de Planejamento concluiu que o crescimento econômico está hoje "circunscrito por um triângulo formado pelo risco climático, pelo risco nuclear e pelos conflitos de uso do solo". E o primeiro desses obstáculos ilustra muito bem o tipo de contradições que costumam ser negligenciadas em cenários complacentes. Eles ignoram, por exemplo, a indolência com que a comunidade internacional está abordando o problema do aquecimento global.

Até 1990, a desconfiança sobre a veracidade do efeito es-

tufa era tão grande que os EUA queriam apenas cristalizar seus direitos adquiridos de poluir. O movimento de protesto lançado pelo Centro de Ciência Ambiental de Nova Délhi (Índia), logo reforçado pelo grupo dos 77 e pela Unctad, a isso contrapôs a idéia de que a carga total de poluição suportável pela atmosfera fosse distribuída em cotas-partes negociáveis proporcionais ao tamanho da população de cada país. Se pretendessem continuar campeões da sujeira atmosférica,

os países mais avançados deveriam comprar cotas-partes dos países menos industrializados e menos motorizados.

O estranho compromisso as-

sinado na Rio-92 descartou essas duas posições e acabou por não deixar claro se os desenvolvidos seriam ou não obrigados a virar o milênio com níveis de emissões iguais aos de 1990. Foi somente meio decênio depois, na Kyoto-97, que surgiram metas quantitativas para 2010, sendo finalmente prevista a institucionalização de um mercado para essas cotas. Mas o documento final ficou tão obscuro que exigiu uma outra reunião em Buenos Aires apenas para clarificá-lo. E, de fato, ficou límpido o impasse: a Europa rejeita a flexibilidade de metas que já considera insuficientes; os EUA só as admitem se o bloco dos países pobres também se engajar; e este não aceita compromissos que possam tornar ainda mais incertas suas chances de progresso material. A recente reunião de Bonn não trouxe mudança substancial, mesmo



emissões a níveis inferiores ao de 600 kg/hab.

Todavia, é difícil acreditar que um pacto desse tipo possa surgir antes que o aquecimento global se mostre um sério entrave econômico para os próprios países desenvolvidos. Por enquanto não há como prever com segurança quais serão as elevações médias de temperatura e do nível dos oceanos. Existem apenas indícios de que a permanência do efeito estufa poderá provocar drásticas crises ecológicas. Daí a importância de uma orientação do progresso tecnológico dirigida para a ecoeficiência, com inequívoca prioridade para a maximização da eficiência energética.

O alerta vem sendo incansavelmente repetido pelo principal economista do Partido Verde francês, Alain Lipietz, recém-eleito deputado europeu. Por isso, é muito significativo que sua posição tenha sido incluída como um dos capítulos do livro *The future of the global economy: towards a long boom?* (OCDE, 1999). Na contracorrente da despreocupação que norteia todas as outras contribuições, a dele condiciona o desempenho econômico global pós- virada do milênio à própria "viabilidade" ou "sustentabilidade" ecológica. Mostra-se convicto de que o mundo só terá uma nova expansão prolongada quando se dotar formas de regulação global que melhorem radicalmente a relação entre sociedade e ambiente. O que não o impede de conciliar no cotidiano esse pessimismo da razão ao otimismo da vontade.

■ José Eli da Veiga, professor-titular de Economia e Ciência Ambiental da USP, está realizando pesquisa na Europa com auxílio da Fapesp e-mail: veiga@msh-paris.fr